

## **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES ANO DE 2008**

### **INTRODUÇÃO**

Em conformidade com os Estatutos, a Direcção da IACA apresentou à Assembleia Geral Ordinária de 15 de Abril de 2009, para discussão e votação, o Relatório e Contas relativos ao exercício de 2008, aprovados por unanimidade.

Divulgamos, em seguida, o nosso Relatório de Actividades, que integra, para além dos principais dossiers que acompanhámos e onde intervimos, ao longo de um ano particularmente difícil – permitindo retratar a dinâmica de actuação da nossa Associação –, os dados estatísticos de 2008 e a legislação nacional e comunitária que respeita, directa ou indirectamente, à indústria de alimentos compostos para animais.

### **ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO**

O ano de 2008 será certamente lembrado como o ano de todas as crises, talvez ainda mais grave que a Grande Depressão dos anos 30 porque, nessa altura, não existia a globalização como hoje a entendemos e os problemas económicos e financeiros atingiram apenas os Estados Unidos.

Com dois semestres completamente distintos – o primeiro condicionado pelo aumento dos preços e a chamada crise alimentar, e o segundo pelo abrandamento económico que atingiu o seu mínimo no final do ano, com a confirmação de um clima de recessão a nível mundial. Falta de credibilidade e de confiança, num clima de grande volatilidade e incerteza parecem ser as palavras que melhor traduzem a conjuntura de 2008. Crise da pecuária, crise da Indústria pela debilidade dos nossos clientes e crise de valores. E porque se trata de uma crise global, é evidente que as soluções terão de ser de carácter global mas é preciso que a União Europeia e Portugal reconheçam o papel da agricultura e da Pecuária neste contexto de abrandamento económico e de recessão porque começam a estar em causa problemas de alimentação pela perda de poder de compra das famílias.

Dois momentos marcaram o primeiro semestre de 2008 e o ambiente que se viveu: as sucessivas notícias sobre a chamada crise alimentar e a paralisação dos camionistas, na sequência do insuportável aumento dos preços dos combustíveis, e que praticamente paralisou o país em Junho, com a IACA a ser chamada a intervir no âmbito desses acontecimentos. No primeiro caso, pelas inúmeras intervenções junto do Governo, no Parlamento e na comunicação social, chamando a atenção para os nossos problemas e que culminou com a intervenção no programa da RTP “Prós e Contras” e no segundo caso, na linha da frente das negociações com o Governo e a ANTRAM, no sentido de minorarmos os problemas de aprovisionamento à nossa Indústria e o fornecimento de alimentos à pecuária nacional.

No segundo semestre, na sequência das falências de bancos e intervenções no sistema financeiro, tivemos as imagens do encerramento de empresas, o aumento do desemprego e a redução dos preços dos alimentos, dos custos da energia, das taxas de juro e da inflação. Um cenário inimaginável poucos meses antes, na sequência do forte aumento da procura mundial, em particular nas economias emergentes.

Depois de um longo período com preços em alta das matérias-primas e que teve o seu pico em Janeiro e Fevereiro de 2008 no caso dos cereais e em Julho na soja e derivados, com especulações e incertezas, aumentos dos preços dos alimentos compostos em níveis muito inferiores aos das matérias-primas, em que a pecuária não conseguiu transferir esses custos para o consumidor – quando a preocupação era a inflação, os altos preços do petróleo e as taxas de juro elevadas, a crise da alimentação – eis que fomos confrontados no segundo semestre com uma grave crise económica e financeira que depois do mercado imobiliário, atingiu o sector financeiro e obviamente a economia real.

Ao nível dos alimentos compostos, num ano em que a Indústria esgotou a sua tradicional capacidade financiadora da actividade pecuária, pela difícil situação que enfrentámos desde o segundo semestre de 2006, a conjuntura não é particularmente gravosa pela diminuição da produção na ordem dos 4%, com uma redução em todos os subsectores mas porque muitas empresas tiveram que reduzir a actividade porque os prazos de recebimento foram de tal modo elevados que não podiam continuar a financiar a pecuária, que se encontra descapitalizada.

Afinal, a especulação e a volatilidade dos mercados escondiam a realidade de que as Bolsas e o “mercado da especulação” sobrepunham-se largamente à economia real, àquela que gera empregos e que deverá ser o suporte do desenvolvimento, sobretudo ao nível da agro-indústria. No final do ano, com os preços das matérias-primas em baixa, as taxas de juro em níveis históricos e o petróleo a cair mais de 100 \$ face a Julho, concluiu-se que tal não foi suficiente para melhorar o poder de compra e relançar o consumo. É fundamental que o plano anti-crise que o Governo lançou em conjunto com toda a União Europeia e que prevê um investimento de mais de 2 mil milhões de € chegue às empresas, às nossas empresas, e que os bancos possam retomar o seu papel (importante) de financiador de todo o sistema e dos investimentos necessários à manutenção da nossa competitividade face às importações de países terceiros.

Em 2009 vamos ter 3 eleições, legislativas, autárquicas e Parlamento Europeu, com um novo Executivo europeu – nova Comissão – cuja composição não deverá ser muito diferente da actual, apesar das pressões francesas para que a Agricultura possa ter um Comissário do seu país. Em termos agrícolas, a aprovação do balanço da PAC representa, em nossa opinião, uma vitória política da Comissão e da Comissão porque as propostas praticamente não sofreram alterações.

A definição de uma PAC pós-2013 irá ser um elemento central da agenda política e é aí que poderemos minorar o impacto negativo do acordo sobre o chamado *Health Check*, sobretudo ao nível do sector do leite, em que o artigo 68º parece ser insuficiente para contrariar o potencial abandono decorrente do fim do regime de quotas.

O ano de 2009 ficará também marcado pela influência da anterior presidência francesa no futuro da PAC, cuja reflexão vai continuar com a República Checa no 1º semestre de 2009 (e a Suécia no 2º semestre), ao nível do orçamento comunitário. Segue-se a presidência da Espanha em 2010, estando a IACA a trabalhar com os nossos colegas espanhóis numa estratégia conjunta para esse primeiro semestre. Talvez a PAC do futuro seja mais liberal mas deve conservar os instrumentos de apoio se necessário, sobretudo em momentos de gestão de crise, como as intervenções, os apoios no âmbito do desenvolvimento rural e os stocks estratégicos.

E se a União Europeia não consegue impor as suas regras de produção aos produtos provenientes de países terceiros, então as ajudas aos seus produtores farão sentido em termos de contrato com a Sociedade para fazer face ao acréscimo de custos (segurança alimentar,

ambiente e bem-estar animal) e à manutenção da paisagem e do mundo rural, com animais e de rosto humano, onde se possa viver com dignidade.

Outra questão na Agenda tem a ver com uma eventual tendência para a redução de custos e para uma produção de menor qualidade, pelo que há que ter atenção a eventuais problemas no aprovisionamento de matérias-primas o que nos obriga, operadores e autoridades a estarmos atentos à concorrência desleal e ao não cumprimento das regras relativas por exemplo, à etiquetagem ou à higiene dos alimentos para animais.

Por isso, na crise das dioxinas que afectou a Irlanda no final de 2008, solicitámos de imediato que as regras do HACCP fossem alargadas a todos os operadores que operam no nosso mercado, incluindo os autoprodutores e que todos os fornecedores sejam registados e controlados. É bom não esquecer que os alimentos compostos representam apenas 1/3 dos alimentos consumidos pelos animais, pelo que tudo tem de ser controlado de forma a se evitarem crises desnecessárias e assegurar a protecção do consumidor nos produtos de origem animal e dar preferência aos produzidos em Portugal.

Os OGM foram um tema que nos preocupou em 2008 – tendo-se conseguido a aprovação em tempo recorde para a soja RR2, num processo a que a IACA está particularmente ligada - e existem fundadas esperanças de que em 2009 seja possível aprovar uma tolerância que seja definida em 0.1% ao qual se deve adicionar o “erro” decorrente do método de análise mas que deve ser harmonizado à escala europeia. Quanto às farinhas de carne, antes do novo Parlamento e com uma nova Comissão, não há que esperar grandes novidades.

Os cereais que atingiram níveis de produção recorde este ano deverão diminuir em 2009, pelo menos os de Outono/Inverno, face às baixas intenções de sementeira, tendo em conta os baixos preços na produção e os custos elevados dos adubos. A Comissão prometeu estar atenta á especulação na cadeia alimentar e as entidades ligadas à Economia e Finanças começaram a estudar medidas para aumentar a transparência dos mercados e analisar as relações entre a produção/indústria e as cadeias de distribuição.

Os riscos de deflação são bem reais e esse será um dos principais problemas para 2009.

Seguindo a linha de conduta da Cimeira de Dezembro, a União Europeia reforçou a sua política de combate às alterações climáticas e a aposta nas energias renováveis, incluindo os biocombustíveis considerados como “ambientalmente sustentáveis”, o que significa não só uma aposta na segunda geração mas igualmente na sustentabilidade e na gestão dos recursos naturais, designadamente os recursos hídricos.

E aqui estamos perante um enorme desafio para 2009: o de sermos capazes de reabilitarmos a imagem da pecuária intensiva, demonstrando que pode ser mais eficiente e sustentável que a pecuária extensiva ou biológica. É seguramente um problema de comunicação com a opinião pública mas igualmente um problema de atitude que deve envolver todos, indústria e pecuária.

Em suma, sob o espectro da recessão, 2009 vai ser um ano difícil e de enormes exigências em que a Indústria deve estar unida e coesa em torno do grande objectivo que é a manutenção no mercado, fazendo sentir aos decisores políticos a sua importância estratégica para a economia e para a Sociedade, tanto mais que em muitas zonas do país não existem alternativas à produção pecuária e está em causa o abandono do território e a sua desertificação.

Esta crise também pode constituir uma oportunidade de mudança e da forma de olhar a agricultura pela Sociedade e a importância de, mais do que uma política agrícola, termos uma política alimentar que nos torne menos dependentes do exterior.

Esperemos que a confiança dos mercados possa ser retomada ainda em 2009 – apesar de alguns analistas preverem a retoma para 2010 – e que a Fileira Pecuária possa ser relançada, quer no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (ProDer), quer no âmbito de outros apoios como linhas de crédito específicas mas, sobretudo, há que dignificar o trabalho no mundo rural. Caso contrário, a vida nas cidades vai-se tornando insuportável e a instabilidade social e económica tenderá a degradar-se, como se tem constatado infelizmente em muitos países, inclusive no espaço europeu.

Que 2009 possa começar a ser o ano da mudança!

## CONJUNTURA DO MERCADO

A conjuntura do mercado, quer ao nível das matérias-primas, quer as suas repercussões nos preços dos alimentos compostos e o impacto no agravamento das condições da pecuária nacional foi o grande tema que dominou o ano de 2008 e centrou naturalmente as preocupações da IACA.

Em finais de Fevereiro, na sequência da degradação da conjuntura de mercado que teve o seu início praticamente no segundo semestre de 2006, a IACA a FPAS e a ANEB foram recebidas na Assembleia da República onde expuseram as suas preocupações aos deputados e as soluções para minorar a crise, tendo sido entregue um **Memorando** que seria igualmente enviado a diversos Ministros do Governo. Os preços das matérias-primas continuaram a agravar-se, cada vez mais voláteis e especulativos, com os preços dos alimentos compostos a aumentarem e sem que os preços dos produtos animais na produção pudessem repercutir a alta dos custos e produção. Na comunicação social começava a falar-se da crise alimentar e a IACA e outras organizações, isolada ou em conjunto, desdobraram-se em entrevistas à comunicação social para explicar à opinião pública o que estava a acontecer no mercado e a situação dramática com que estavam a confrontar. A 5 de Maio a IACA esteve presente no Programa da RTP “Prós e Contras” subordinado ao tema “A escalada dos preços da comida”, uma vez mais chamando a atenção para a gravidade da conjuntura e para a situação de ruptura eminente se não fossem encontradas medidas rapidamente, de forma a inverter a inversão da tendência.

Ainda em Maio, fomos recebidos pelo Ministro da Agricultura, na sequência de exposições enviadas em Abril, a quem explicámos os problemas e as soluções que então preconizámos desde a aprovação dos OGM, o fim da tolerância zero, as restituições à exportação para os produtos animais, a criação de stocks estratégicos, uma maior atenção à grande distribuição e apoios ao sector pecuário, nacional e comunitário. O Ministro partilhou das nossas preocupações e prometeu tudo fazer em Bruxelas para que se pudessem minorar os problemas da conjuntura da Fileira, importante para o nosso país. Como a situação era de natureza europeia e não apenas nacional, a estratégia passava claramente por Bruxelas e pela Comissão Europeia.

Ao nível das instâncias europeias, o fim do set-aside e a eliminação dos direitos aduaneiros à importação de cereais (devido a esta medida o contingente de importação de milho de países terceiros, com direito reduzido, não tinha qualquer sentido), conjugados com a perspectiva de uma colheita recorde de cereais nos mercados europeus e mundial, começavam a criar um sentimento de uma provável redução dos preços dos cereais, o que aconteceu a partir de Março/Abril de uma forma sustentada. No início do ano, atingiram-se preços inimagináveis de 240 € no caso do milho, 295 € no trigo e 277 € para a cevada. Quanto às sojas, apesar das previsões de aumentos de produção, estiveram mais condicionadas pelos fundos de investimento e pela evolução dos preços dos combustíveis e ainda atingiram máximos em Julho, com cotações de 440 € para a soja integral e 370 €/tonelada ao nível do bagaço de soja. De resto, só a partir deste período é que foi possível iniciar uma tendência de descida nos preços dos alimentos compostos, cerca de 4 a 5 vezes até ao final do ano.

Ou seja, dando mostras de uma grande responsabilidade para com os seus clientes, a Indústria ajustou os preços dos alimentos compostos logo que a conjuntura do mercado assim o permitiu. No entanto, apesar da redução dos preços das matérias-primas, dos alimentos compostos, da energia e da taxa de juro, o segundo semestre, na sequência do colapso financeiro, ficou marcado por um clima de profundo abrandamento económico e de recessão na generalidade dos países europeus. Com o espectro do desemprego, o aumento do endividamento, dos encargos financeiros e uma redução do poder de compra foi evidente uma retracção na procura e a tendência para a quebra nos preços na produção de produtos animais, com destaque para o leite, suínos e bovinos.

A Indústria tinha esgotado a sua capacidade de financiamento da Pecuária e preocupava-se agora em não contrair mais dívidas, em receber dos clientes e em não produzir para não entrar em colapso. Uma vez mais chamámos a atenção dos nossos governantes para a situação da Fileira Pecuária e da nossa Indústria e esperamos que com os programas INVESTE e as linhas de crédito específicas para o Sector seja possível minorar as dificuldades que são imensas.

Bruxelas tem demonstrado uma incapacidade de gerir em conjunto situações de crise, olhando cada país para “o seu umbigo”. Esperemos sinceramente que tal não aconteça nesta terrível crise que atinge todos os sectores da Sociedade.

## GUIA DE BOAS PRÁTICAS DA IACA

Na sequência da avaliação feita pela DGV do Guia de Boas Práticas para os Industriais de Pré-Misturas e de Alimentos Compostos para Animais Destinados à Produção de Géneros Alimentícios, em que a autoridade veterinária nacional **“recomenda a divulgação e utilização do Guia de Boas Práticas para os Industriais de Pré-Misturas e de Alimentos Compostos para Animais Destinados à Produção de Géneros Alimentícios desenvolvido pela IACA como guia nacional para as actividades do sector consignadas”**, o que inclui os autoprodutores.

A IACA, tendo como principal objectivo as preocupações com os aspectos ligados à segurança alimentar e a protecção da saúde, humana e animal, e a reconquista da confiança dos consumidores nos produtos de origem animal fabricados no nosso país, levou a cabo, no início de 2008, uma ampla divulgação do documento junto das instâncias oficiais envolvidas neste processo – desde a Direcção Geral de Saúde até à ASAE, sem esquecer naturalmente a DGV – bem como outras instituições e Associações e Confederações ligadas ao sector agrícola, pecuário e agro-alimentar.

Trata-se de facto de uma publicação de referência no Sector.

## ALIMENTOS MEDICAMENTOSOS

Na sequência de uma vistoria efectuada a uma empresa associada da IACA relativa ao processo de fabrico de alimentos medicamentosos, foram apontados diversos requisitos que, em nosso entender, nos pareciam excessivos e muito para além do que é exigido na legislação em vigor. Considerando que estas exigências impunham custos acrescidos às empresas, em 23 de Janeiro enviámos uma exposição para o Director Geral de Veterinária, Dr. Carlos Agrela Pinheiro que compreendeu a posição da IACA, vindo a prevalecer o bom senso neste processo, tanto mais que o Sector tem cumprido as obrigações legais.

Este tema seria igualmente abordado no âmbito das Reuniões Regionais da Indústria que realizámos ao longo do ano.

## **NOMEAÇÃO DO NOVO SECRETÁRIO-GERAL**

Em 31 de Janeiro realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária da IACA que nomeou o Eng.º Jaime Piçarra, sob proposta da Direcção, como novo Secretário-Geral, substituindo o Sr. Luis Marques que exerceu o cargo ao longo de 4 décadas, com o brilhantismo e profissionalismo reconhecido por todos aqueles que colaboraram ou contactaram com a IACA, directa ou indirectamente.

Para que conste, transcrevemos a Acta da Assembleia Geral:

“Justificando a proposta da Direcção, o Eng.º Pedro Corrêa de Barros referiu que a nomeação do Eng.º Jaime Piçarra para Secretário-Geral não se trata de uma sucessão natural do Sr. Luis Marques mas uma escolha que teve em linha de conta o perfil do nomeado, tendo em conta os tempos difíceis que atravessamos. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Alberto Campos, partilhou da opinião do Presidente da Direcção, realçando que conhece bem o nomeado, designadamente do tempo em que exerceu o cargo de vice-Presidente da FEFAC, considerando que, pelo conhecimento dos dossiers, é o Secretário-Geral de que a IACA necessita.

O Eng.º Jaime Piçarra agradeceu as palavras dos associados e a confiança nele depositada, prometendo honrar os valores deixados pelo seu antecessor: humildade, dedicação e espírito de missão, em prol da Indústria e dos seus Associados que são a razão de ser da IACA.”

## **COMISSÃO EXECUTIVA**

Na sequência das alterações verificadas na IACA, decorrentes da nomeação do novo Secretário-Geral e por proposta da Direcção, o Dr. Carlos Cortes aceitou o convite para integrar a Comissão Executiva. Este órgão, responsável pela gestão corrente da IACA, passou a ser constituído pelos seguintes membros:

- José Filipe Ribeiro dos Santos - Director Executivo
- Carlos Cortes - Director
- Jaime Piçarra - Secretário-Geral

## **HOMENAGEM AO SR. LUIS MARQUES**

Com uma vida dedicada, de alma e coração a esta Indústria, a IACA não podia ficar indiferente à saída do seu Secretário-Geral, pelo que, entre outras iniciativas, decidiu promover um Jantar de Homenagem ao Sr. Luis Marques. O evento decorreu a 26 de Fevereiro, na Quinta dos Gafanhotos, em S. Domingos de Rana, tendo reunido uma centena de amigos e muitas surpresas, entre as quais uma edição da Revista “AA” dedicada ao Senhor Comendador.

Foi uma noite inesquecível e de particular emoção, tendo a Revista “Alimentação Animal” nº62 dedicado um amplo destaque a esta merecida homenagem, com publicação igualmente no Anuário da IACA.

## **ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS**

No âmbito da problemática das matérias-primas, o dossier OGM constituiu, infelizmente, um bom exemplo, de como a política comunitária tem de ser alterada como tinha ficado patente com o que aconteceu com o corn glúten. Devido ao facto de existirem eventos de milho nos EUA que ainda não estão autorizados no espaço comunitário, não podemos importar derivados de milho praticamente desde Novembro de 2006. Num contexto de preços de matérias-primas em alta e fortemente limitada nas condições de aprovisionamento da Indústria, a IACA voltou a abordar este dossier no Conselho da FEFAC, em Março, cujas posições mereceram a aceitação de todos.

De facto, não só é essencial aprovar novos eventos – os mesmos autorizados nos nossos principais fornecedores – como colocar um ponto final à política de tolerância zero, de forma a permitir a entrada de um fluxo de matérias-primas em quantidade suficiente para minorar as tensões nos preços de mercado e garantir uma maior competitividade à Indústria e à pecuária. Por outro lado, perspectiva-se a aprovação de novos eventos de milho e de soja e a União Europeia corre o risco de ficar bloqueada na importação de soja.

Ao longo de todo o primeiro semestre insistimos nesta questão, elaboraram-se estudos de impacto que conduzia a um acréscimo de custos de 200 biliões de €, o Presidente Barroso decidiu constituir um grupo de reflexão (o Presidente Sarkozy que exerceu a presidência da União Europeia no segundo semestre criou um outro grupo para analisar o impacto ambiental dos OGM) e finalmente foi aprovado o novo evento de soja RR2, uma vez mais pela Comissão, dada a ausência de maioria qualificada no Conselho.

Pese embora este aspecto claramente favorável, continuamos a pugnar por uma política que reconheça um limiar de tolerância, uma vez que continuamos a não poder importar corn glúten feed e enquanto não existir uma harmonização de procedimentos entre a União Europeia e os principais produtores de matérias-primas geneticamente modificadas, continuaremos limitados no acesso a matérias-primas importantes e a maior pressão nos preços de mercado. E já não é mais um problema da alimentação animal mas de toda a cadeia alimentar. Face às pressões que têm vindo a ser exercida em Bruxelas por um coligação de organizações que envolvem produtores agrícolas, pecuários, industriais e comerciantes, para além das empresas de biotecnologia, existem razões para pensar que será apresentada uma solução (0.1%, 0.5%?) no primeiro trimestre de 2009, até porque este tema foi oficialmente abordado pela Comissão no final do ano.

## **ETIQUETAGEM – FÓRMULA ABERTA**

Adiado da presidência portuguesa para a Eslovénia, o dossier relativo à comercialização e rotulagem dos alimentos para animais constituiu uma das nossas prioridades em 2008. Em causa, para além da simplificação e compilação num único Regulamento, legislação que estava dispersa, o fim da fórmula aberta – reconhecendo-se que a Indústria tem sido afectada na sua propriedade intelectual – e novas regras relativamente aos aditivos, alimentos nutricionais específicos e o problema da implementação de uma lista positiva de matérias-primas que, em nossa opinião, tem de ser aberta e não exaustiva.

Preocupados com o acompanhamento deste processo, já que a proposta da Comissão teria naturalmente que seguir para o Conselho e Parlamento Europeu, no âmbito da co-decisão, a IACA organizou em 9 de Abril uma Reunião Geral da Indústria dedicada a este tema, tendo sido apresentadas as perspectivas da indústria europeia, apresentada pela FEFAC, e a posição da DGV, enquanto entidade que representa Portugal nos Grupos de Trabalho do Conselho. Não tendo sido fechado na presidência eslovena, seria a França a conseguir um acordo durante a sua

presidência, no segundo semestre, o qual deverá merecer o acordo do Parlamento Europeu no início de 2009, durante a presidência da República Checa. Espera-se que a nova legislação possa ser aprovada em Abril e publicada em Jornal Oficial em Junho de 2009 para entrar em vigor 12 meses após a sua publicação.

No essencial o novo Regulamento contempla os interesses da nossa Indústria e é justo realçar e agradecer o intenso trabalho desenvolvido pela FEFAC junto do Parlamento Europeu e o empenho de alguns eurodeputados portugueses, designadamente os Dr. Luís Capoulas Santos e Dr. Duarte Freitas.

## ADITIVOS

Em Março, tendo em conta algumas dúvidas levantadas sobre a interpretação do Decreto-Lei nº 289/99 de 29 de Julho, designadamente a legalidade do enunciado no nº 2 do artigo 32º, a IACA questionou a DGV, relativamente à restrição da incorporação nos alimentos compostos de 2% das pré-misturas constituídas por aditivos pertencentes à Parte A e B do Anexo A do referido diploma.

O parecer da autoridade nacional, datado de 31 de Março, é inequívoco e considera que, tendo em conta a revogação deste Decreto, exceptuando os artigos 38º que define as regras gerais de rotulagem de alimentos para animais que contenham aditivos e o Capítulo VII relativo ao “Controlo Oficial, Fiscalização e Penalidades”, **“...é de considerar a não aplicabilidade legal do nº 2 do artigo 32º do D.L. nº 289/99, de 29 de Julho”**.

## BALANÇO DA SAÚDE DA PAC

Um dos temas que acompanhámos ao longo do ano, desde a apresentação pela Comissária Fisher Böel em Dezembro de 2007, num Seminário em que a IACA foi convidada pela Comissão Europeia para a primeira apresentação do “*Health Check*”, foi a discussão das propostas relativas ao Balanço de Saúde da PAC. Preocupados com a nova abordagem da Comissão e o seu impacto na alimentação animal e nos mercados pecuários, realizámos um Seminário em Lisboa, a 27 de Junho, com o apoio do programa PRIME, subordinado ao tema “O Balanço da PAC e o Futuro da Fileira Pecuária em Portugal”, em que tivemos a presença da Comissão Europeia/DG AGRI, do GPP, da FEFAC e das organizações de produtores de cereais e pecuários e importadores de cereais e oleaginosas, ou seja, todos os interesses envolvidos.

No final do encontro, concluiu-se que as propostas não defendem os interesses de Portugal e pode conduzir a maiores distorções de mercado, a perda de competitividade para a Fileira, ao abandono da actividade agro-pecuária e a uma tentativa, inadmissível, de renacionalização da Política Agrícola. Existem medidas positivas como o fim do set-aside, das majorações mensais, dos apoios específicos às culturas energéticas mas o fim do regime de quotas leiteiras, restrições nas intervenções e o não reconhecimento da necessidade de dispormos de stocks estratégicos e de instrumentos de apoio aos mercados em casos de crise ou a biotecnologia como essencial na disponibilidade de matérias-primas caracterizam as propostas, em nossa opinião, como “Uma Não Resposta aos Desafios do Sector”.

A IACA dedicou a Revista “Alimentação Animal nº 64 especificamente a este tema e em 18 de Julho integrámos uma delegação da FIPA numa audiência com o Ministro da Agricultura destinada a preparar as posições de Portugal neste processo, onde deixámos um documento com a posição da Indústria Agro-Alimentar.

No final do ano, o Conselho Agrícola aprovou o “*Health Check*” para entrar em vigor a partir de 2009 e anos seguintes, conforme os sectores, apontando-se para um desligamento total das ajudas e o reforço do Desenvolvimento Rural. Na prática, manteve-se o essencial das propostas da Comissão e procuraram-se negociar mais verbas para minorar os impactos sectoriais, em especial no sector do leite que deverá ser o mais afectado com o fim do regime de quotas.

Em conclusão, o acordo fica muito aquém dos interesses nacionais e resta-nos agora, em conjunto com os nossos parceiros da Fileira e da indústria agro-alimentar, minorar os danos, que, esperemos não sejam irreversíveis, no âmbito do debate sobre a PAC pós-2013, lançado pela França no âmbito da sua Presidência no segundo semestre de 2008 e que continuará seguramente em 2009 e 2010.

## PARALISAÇÃO DOS CAMIONISTAS

Ainda sem esquecer as consequências da greve dos operadores portuários no porto de Lisboa em 15 de Outubro de 2007 – apesar da solidariedade dos membros do Governo manifestada à IACA, não se avançou para a requisição civil que é da competência da Concertação Social – o país foi surpreendido, em Junho, pela paralisação dos camionistas, decorrente dos elevados preços dos combustíveis, que deixou profundas marcas no tecido económico e na vida dos portugueses, em particular nas grandes cidades.

Procurando responder de imediato a uma eventual decisão dos camionistas, a IACA contactou desde logo a ANTRAM, na tentativa de antecipar os efeitos de uma potencial greve, alertando desde logo os associados e os membros do Governo mais directamente envolvidos nesta matéria, ou seja, as áreas da Agricultura, Economia, Administração Interna e Transportes, sem esquecer o Primeiro-Ministro. Consequência desta articulação, foi possível negociar uma via de acesso para os nossos produtos e sensibilizar os grevistas de que as rações eram produtos prioritários porque estava em causa a alimentação de milhões de animais. Os associados deram provas igualmente de uma colaboração inexecutável para com os serviços, tendo sido possível minorar os efeitos da greve que paralisou o país. Em apenas 3 dias faltaram os principais produtos nas grandes superfícies e os combustíveis para o abastecimento de empresas de transportes de mercadorias, transportes públicos e privados. O País tomou consciência da sua vulnerabilidade e dos investimentos, muitas vezes incorrectos, que privilegiaram a rodovia em detrimento de outras alternativas como os transportes ferroviários.

Após a greve, a IACA dirigiu uma exposição ao Primeiro-Ministro, com conhecimento aos Ministros acima referidos, explicando o funcionamento do aprovisionamento da Fileira Pecuária, a nossa dependência, a localização das unidades fabris e dos milhares de explorações pecuárias, concluindo que a greve dos camionistas, para além de contribuir para o agravamento da crise ao nível da actividade agro-pecuária, demonstrou as enormes fragilidades do funcionamento da Fileira e a vulnerabilidade do nosso país face a uma situação de crise grave ao nível das infra-estruturas e na logística do abastecimento agro-alimentar. A cadeia de distribuição alimentar, animal e humana, foi posta em causa e numa altura de definição do QREN, onde se inclui o ProDer é importante retirarmos as lições para o futuro e encararmos com realismo o problema dos stocks estratégicos, sobretudo em países deficitários como o nosso.

A Direcção da IACA não gostaria de terminar este ponto sem deixar de referir as inúmeras felicitações pelo trabalho desenvolvido pelos serviços durante este período, de enorme tensão. É evidente que apenas fizemos a nossa obrigação no cumprimento da missão de que fomos incumbidos mas é sempre agradável e estimulante este tipo de agradecimentos.

A todos o nosso muito obrigado.

## SECÇÃO DOS FABRICANTES DE PRÉ-MISTURAS

A Secção dos Fabricantes de Pré-Misturas participou em Bruxelas em 2 reuniões do Comité “Premix e Alimentos Minerais” da FEFAC e realizou um Plenário no dia 15 de Outubro, em que foram discutidos temas como a etiquetagem dos aditivos, a situação do cloreto de amónio, problemas ligados à monensina de sódio versus subprodutos dos biocombustíveis, a certificação GMP e a estratégia a seguir relativamente à etiquetagem das substâncias perigosas e os transportes ADR.

Neste mesmo dia teve lugar a Assembleia Geral que votou a Direcção da Secção para o triénio 2009/2011, cuja Lista foi eleita por unanimidade. A Direcção da Secção dos Fabricantes de Pré-Misturas (SPM) passa a ser constituída pelos seguintes membros:

- Presidente – José Pedro Dias Folque de Gouveia
- Ingrid Van Dorpe
- José Sereno de Melo

A nova Direcção da SPM reuniu em 5 de Novembro, tendo elaborado o respectivo Plano de Acção que foi posteriormente divulgado junto de todos os associados da IACA.

## GESTÃO DAS EMBALAGENS

Em 2008 continuámos a debater-nos com o problema dos resíduos e a gestão das embalagens e de novo convidámos a Sociedade Ponto Verde para uma intervenção que teve lugar na Reunião Geral da Indústria de 9 de Abril, depois de uma reunião com a Comissão Executiva da IACA no início do ano.

Os enormes custos a suportar pelas empresas para um serviço que as empresas têm de pagar 2 vezes (a transferência da responsabilidade da gestão das embalagens que lançam no mercado para a SPV e os custos da gestão dos resíduos das embalagens dos fornecedores, a maior parte dos quais já pagam o Ponto Verde) esteve uma vez no centro do debate, com os técnicos da SPV a explicarem as alterações do sistema a partir de 2008 e as novas soluções, uma vez que a Sociedade Ponto Verde se pretende assumir como parceiros das empresas.

Sem existir uma conclusão, a IACA chamou a atenção da SPV para a necessidade de conhecer melhor a realidade do mercado, quer dos alimentos compostos, quer dos fabricantes de pré-misturas – enquadrados numa nova CAE a partir de 2008, e acordo com a proposta formulada pela IACA que o INE aceitou - e considerar, por exemplo, as embalagens de pet-food ao mesmo nível das restantes embalagens. Um dossier a que iremos voltar em 2009, até porque a SPV tem a intenção de incluir no custo a suportar pelas empresas as embalagens importadas, designadamente de matérias-primas, o que levou já a uma carta de forte repúdio da parte da IACA. Ficou no entanto a promessa do Ponto Verde de colaborar com a Associação e minorar, se possível resolver, os problemas colocados pelos nossos associados.

## MOVIMENTAÇÃO MANUAL DE CARGAS

No âmbito da Reunião Regional da Indústria (Regiões de Lisboa, Sul e Ilhas) que decorreu em Novembro, foi analisado, entre outros dossiers, o problema do peso dos sacos e a movimentação manual de cargas. Lembra-se que a movimentação manual de cargas está directamente relacionada com a legislação relativa à Segurança e Saúde no local de trabalho, designadamente com os Decreto-Lei nº 330/93 de 25 de Setembro, mais concretamente o artigo 5º, nº 1, alínea a), conjugado com o artigo 272º, nº 3, alínea b) da Lei nº 99/2003, de 27 de Agosto (Código do Trabalho).

Em termos práticos, a legislação classifica como demasiado pesada a carga de peso superior a 30 kg quando manuseada de forma ocasional e superior a 20 kg quando manuseada de forma frequente. Por outro lado, as empresas devem providenciar no sentido dos trabalhadores receberem formação adequada e informações precisas sobre a movimentação manual de cargas, de forma a reduzir os perigos inerentes a esse manuseamento e os riscos associados às lesões músculo-esqueléticas.

Trata-se de resto de uma informação que a IACA já tinha divulgado em tempo oportuno e que agora se relembra, face às acções levadas a cabo pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT).

## PROGRAMA PRIME

A IACA candidatou-se ao Programa PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia, com um projecto que vigorou entre Junho de 2006 e Junho de 2008, tendo desempenhado este Projecto, um contributo relevante para a vida da IACA, quer nas alterações introduzidas ao nível do seu equipamento, modernização e reestruturação dos serviços, quer em termos económicos e financeiros e o conseqüente ganho de importantes receitas necessárias ao desempenho adequado da Associação, numa conjuntura claramente desfavorável.

Refira-se ainda que o bom desempenho da Associação, a par de uma cuidada gestão dos seus recursos, permitiu uma majoração das verbas atribuídas que superou largamente as expectativas iniciais.

Permitimo-nos lembrar o texto enviado ao Gestor do Programa, no Relatório Final do Projecto, designadamente ao nível das Considerações Finais no capítulo dedicado à análise de Impacto dos Indicadores:

“É difícil medir e quantificar o contributo dos indicadores e a mais-valia deste tipo de projectos no desenvolvimento dos sectores em questão, sobretudo com tantas condicionantes e factores exógenos que não controlamos, sobretudo ao nível das Associações. Como é sabido, o período de execução do Projecto foi marcado por enormes preocupações quanto ao futuro do Sector, face à falência eminente de um grande número de explorações pecuárias e, conseqüentemente, de unidades fabris. Um período de grande actividade para a IACA, em Portugal e a nível internacional, sobretudo em Bruxelas.

Apesar da compreensão e apoio das autoridades, sobretudo durante a presidência portuguesa, os problemas de fundo não foram resolvidos, porque são de natureza estrutural, e tendem a agravar-se em 2008 e 2009 se não forem tidas em conta posições que desde há muito defendemos: a alteração da política actual em matéria de transgénicos, a aposta na 2ª geração de biocombustíveis que não concorram com a alimentação, a constituição de stocks estratégicos, a reintrodução das farinhas de carne e ossos, uma maior atenção à concentração da distribuição

alimentar e o reconhecimento de que a Fileira pecuária desempenha um papel de extrema importância no desenvolvimento do mundo rural e na sua sustentabilidade, pelo que a sua imagem tem de ser reabilitada.

É este o grande desafio que a todos se nos coloca no curto e médio prazo, pelo que a grande questão para o futuro é saber se a União Europeia pretende criar condições para a produção pecuária no seu território e garantir a sua auto-suficiência alimentar ou se quer promover a importação de produtos de origem animal provenientes de países terceiros, onde os animais são alimentados com eventos transgénicos e onde as condições de produção são bem menos restritivas que as impostas aos operadores europeus.

**Nesta perspectiva, não temos dúvidas de que as iniciativas que empreendemos no âmbito do Programa PRIME contribuíram para um melhor esclarecimento dos nossos associados, para uma melhor relação com as autoridades nacionais e internacionais, com os parceiros da Fileira e que, sem as acções que levámos a cabo, seria certamente mais difícil às nossas empresas resistirem à crise que nos assolou durante todo este período.**

Urgem medidas de carácter estrutural e uma envolvente interna, nacional e externa, em Bruxelas e a nível global, de maior estabilidade e mercados mais fluidos, porque os problemas são de natureza estrutural e não um fenómeno meramente conjuntural. E precisamos de Associações fortes, dinâmicas e representativas para ajudarem as empresas a ultrapassar os grandes desafios que têm pela frente, antecipando soluções e assumindo-se como o porta-voz da Indústria junto das instituições nacionais e comunitárias como a Comissão e, cada vez mais o Conselho e o Parlamento Europeu.

Apesar de todos os estrangulamentos, de acordo com os dados do INE relativos a 2006, a nossa Indústria representa, com vendas superiores a 1 000 milhões de €, 8% do volume de negócios da indústria agro-alimentar nacional, sendo o terceiro sector mais importante, a seguir às indústrias de carnes (15%) e lacticínios (13%), volume que, como referimos, deverá ter aumentado em 2007 com o aumento da produção e dos preços dos alimentos compostos para animais. Por outro lado, a transferência de autoprodutores para a produção industrial e a relativa concentração a que assistimos, com fusões e aquisições, permite concluir que, apesar do aumento da produção de alimentos compostos ao nível da produção associada, a IACA alargou a sua representatividade em termos da produção nacional.

Também o Guia de Boas Práticas da IACA – que adapta o Guia Europeu EFMC, aprovado pela Comissão Europeia - respondendo às novas exigências legais em termos de higiene e de utilização de alimentos para animais, homologado pelas autoridades nacionais é hoje uma referência do universo da Indústria, associada e não associada, em Portugal. O que significa que o Projecto PRIME, face ao exposto neste Relatório, acabou por desempenhar um papel senão estruturante, pelo menos de inegável importância para o futuro do Sector e da Associação que o representa em termos da sua capacidade competitiva e sustentabilidade no médio e longo prazo. “

## **ELEIÇÕES PARA OS ÓRGÃOS SOCIAIS DA IACA**

No dia 15 de Dezembro teve lugar a Assembleia Geral Ordinária que elegeu os Órgãos Sociais da IACA para os próximos 3 anos. Tendo sido aprovada por unanimidade a lista proposta, são os seguintes os Corpos Gerentes da IACA para o Mandato de 2009-2011:

### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Presidente: Humberto Pedrosa Novais  
Vice-Presidente: Manuel Joaquim Neves Veríssimo  
Secretário: Manuel António Lagoa de Sousa Veríssimo

### **CONSELHO FISCAL**

Presidente: Alfredo Manuel Ribeiro da Silva Santos  
Vogal: Joaquim Manuel Barreiro da Silva  
Vogal: Jorge José Rodrigues Fernandes

### **DIRECÇÃO**

Presidente: Pedro Manuel de Almeida Correia de Barros  
Vogais: José Filipe Ribeiro dos Santos  
Maria Cristina Guarda de Sousa  
José Manuel Pires Caiado  
Manuel António Chaveiro Soares  
José Romão Leite Braz  
José Pedro Dias Folque de Gouveia

## ANÁLISE DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As contas referentes ao exercício de 2008, em anexo, apresentam uma imagem sólida da IACA, bastante reforçada no mandato 2006-2008, fruto da conjugação de um conjunto de factores irrepitível no futuro próximo: a candidatura ao Programa PRIME, a realização do Congresso FEFAC em 2007 e a decisão de racionalização profunda dos Serviços da Associação.

Esse conjunto de decisões e a forma como foram geridas no tempo, originaram em 2008 um excedente financeiro significativo, que em muito irá contribuir para a estabilidade futura da IACA.

Com um nível de proveitos que representaram apenas 82,7% dos do ano anterior, a forte política de contenção de custos permitiu reduzir os FSE em 14%, os Custos com Pessoal em 13% e os Outros Custos Operacionais em 66%. Globalmente a Estrutura de Custos reduziu-se em 26,5%. A juntar a esta evolução nos custos, os Proveitos Financeiros aumentaram 62,5%.

Ao longo do exercício foram investidos cerca de 13.590,00 Euros em equipamentos informáticos, automatização de processos administrativos e obras de conservação e segurança, sendo nossa convicção que a IACA está dotada de meios humanos e tecnológicos capazes de enfrentar os rigorosos anos que se adivinham.

Rigorosos pelas dificuldades sentidas pela Indústria, pela eventual diminuição do mercado pecuário e pela enorme dificuldade de voltar a gerar receitas e reduções de custos como as verificadas nos últimos dois anos. De realçar que, tal como em 2007, se isolarmos a gestão corrente da IACA das receitas eventuais originadas pelos factores atrás descritos, o Resultado Líquido seria positivo em cerca de mil euros, ou seja, um exercício totalmente de acordo com o orçamento: equilibrado.

Face aos resultados apresentados e seguindo uma prática da IACA de há longos anos, a Direcção propõe aos Senhores Associados que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 89.417,07 Euros, seja distribuído da seguinte forma:

Resultados Transitados	21.025,17 euros
Fundo Social	20.517,57 euros
Reservas Livres	47.874,33 euros

## CONCLUSÃO

Neste seu último ano de mandato e em condições de extrema dificuldade e elevado grau de exigência para o Sector – o ano de todas as crises -, a Direcção tem a consciência de que exerceu as suas funções na defesa intransigente dos legítimos interesses da Indústria e dos seus associados, com empenho e espírito de missão, designadamente quer junto da Administração, nacional e comunitária, quer da opinião pública.

Não trabalhámos sozinhos, pelo que o que conseguimos, apesar do ambiente político adverso e da crescente degradação da conjuntura económica com que nos confrontámos, sobretudo a nível europeu, só foi possível graças à cooperação, colaboração e sentido de responsabilidade de inúmeras pessoas e Instituições.

Sem menosprezar quaisquer outras entidades, gostaríamos de agradecer à Direcção-Geral de Veterinária, à Direcção-Geral de Empresa, ao Gabinete de Planeamento e Políticas, aos DTIA e LAQAS do INETI e ao IPQ, pela disponibilidade em nos ouvir, conhecer as nossas posições e connosco dialogar.

Sem nunca esquecer que os clientes são a nossa razão de existir, privilegiámos as relações com as organizações ligadas à pecuária, designadamente com as FEPABO, ANEB, FPAS e FEPASA, na procura de soluções conjuntas para o desenvolvimento sustentado da Fileira Pecuária.

Cumprimentamos ainda as CAP, CONFAGRI, CNA, ANIL, ANPOC, ANPROMIS e a ACICO que connosco colaboraram em diversas iniciativas ou que nos convidaram para eventos por si realizados, preocupadas com a nossa perspectiva sobre a evolução da Fileira Agro-Alimentar, em matérias tão importantes como os OGM ou os biocombustíveis e naturalmente os preços das matérias-primas e dos alimentos compostos para animais.

Pelo intenso trabalho desenvolvido em prol da melhoria da credibilidade da nossa Indústria, agradecemos à Dr.<sup>a</sup> Ilídia Felgueiras, na sua qualidade de Presidente da CT 37.

À FEFAC, nas pessoas do seu Presidente, Eng<sup>o</sup> Pedro Corrêa de Barros, e Secretário-Geral, Alexander Döring e à REPER, em particular à Dr.<sup>a</sup> Ana Batalha e ao Eng.<sup>o</sup> Miguel Freitas, e à FIPA, a nossa gratidão pelo empenho que colocaram na defesa das nossas posições a nível internacional.

Não podemos deixar de agradecer o apoio dos Membros da Mesa da Assembleia-Geral, do Conselho Fiscal, da Direcção da Secção de Pré-Misturas e da Comissão Executiva, cujo trabalho em muito contribuiu para o prestígio desta Instituição.

Aos Secretário-Geral, assessores e colaboradores, pela dedicação e competência que colocaram na resolução dos dossiers e nas iniciativas em que a IACA participou ou que promoveu, em Portugal e nos fóruns internacionais, e pelo espírito de Equipa e de Missão demonstrados ao serviço da Indústria, o nosso caloroso e respeitoso agradecimento.

Terminamos com uma palavra para aqueles que são e serão sempre a nossa razão de ser, os nossos Associados, que com o seu apoio e empenhamento, nos deram a força e o estímulo para continuarmos a realizar este trabalho gratificante, numa Associação com uma cultura única e de referência no universo associativo, e que nos incentivam a fazer sempre mais e melhor.

É este o desafio e o compromisso que, apesar da Crise, nos vai guiar em 2009. Com entusiasmo e sem vacilar nas dificuldades.

Porque sabemos o que nos motiva e o nosso rumo.

Lisboa, 12 de Março de 2009

#### A Direcção

Pedro Corrêa de Barros	- Presidente
José Filipe Ribeiro dos Santos	- Vogal
Maria Cristina Guarda de Sousa	- Vogal
José Manuel Pires Caiado	- Vogal
Manuel Chaveiro Soares	- Vogal
José Romão Leite Braz	- Vogal
José Pedro Dias Folque de Gouveia	- Vogal

# Informação Complementar

## **CONTRATOS COLECTIVOS DE TRABALHO**

### **Trabalhadores de Escritório – Nível Nacional**

- Revisão salarial e texto consolidado com FETESE, FETICEQ, FESAHT e FEPCES publicados no BTE nº 28, de 29.07. 2008  
As tabelas salariais produzem efeito a partir de 01.01.2008

### **Pessoal Fabril do Sul**

- Revisão salarial com FESAHT publicada no BTE nº 1- 1ª Série de 08.02.2008
- Revisão salarial com FETICEQ publicada no BTE nº 6 – 1ª Série de 15.02.2008  
As tabelas salariais produzem efeito a partir de 01.08.2007

### **Pessoal Fabril do Norte**

- Revisão salarial e outras com FETICEQ E FESHAT publicada no BTE nº 12 – 1ª Série de 29.03.2008  
As tabelas salariais produzem efeito a partir de 01.11.2007

### **Semi-Vertical (Motoristas, Ajudantes de Motorista, Metalúrgicos e Outros)**

- Revisão salarial com FESAHT publicada no BTE nº 1 – 1ª Série de 08.01.2008
- Revisão salarial com FETICEQ publicada no BTE nº 6 – 1ª Série de 15.02.2008  
As tabelas salariais produzem efeito a partir de 01.07.2007 e subsídio de férias

## **ONS – CT 37 / ALIMENTOS PARA ANIMAIS**

A actividade da IACA como ONS “Organismo de Normalização Sectorial” concretizou-se através da ocorrência de 6 reuniões da CT 37 na sede da IACA, no ano de 2008.

O elemento de ligação do IPQ, Eng.<sup>a</sup> Ermelinda Barros, fez a sua visita anual ao ONS no dia 12 de Dezembro a fim de apreciar o trabalho da ONS/CT 37 e de esclarecer algumas dúvidas para assim se avançar mais rapidamente na elaboração de Normas Europeias Portuguesas.

A acompanhar o elemento de ligação esteve presente como observadora a Eng. Eduarda Mungoi que faz parte do organismo de Normalização de Moçambique e no momento estagiava no IPQ.

Estes dois elementos acompanharam a reunião da CT 37 o que foi útil para obtermos mais sinergia no trabalho de Normalização.

No âmbito da actividade da CT 37, a presidente participou nas reuniões internacionais do CEN e ISO que ocorreram em Copenhague dias 27 e 28 de Maio de 2008. Esta participação é de todo o interesse para o conhecimento da metodologia que está a ser utilizada por estes organismos internacionais, a qual serve de base a toda a comunidade científica.

As principais actividades realizadas foram:

1. Votação de projectos de Normas e de Normas ISO definitivas.
2. Participação no processo de votações paralelas, de documentos ISO no CEN.
3. Transposição de Normas CEN para Normas Portuguesas.
4. Participou-se no Ensaio Interlaboratorial para estudo da Ocratoxina A.
5. Apreciação das Normas Portuguesas antigas, mas posteriores a 1991 para nos pronunciarmos sobre o interesse de continuarem em vigor.

### **Normas NP EN ISO Publicadas pelo IPQ**

- **NP EN ISO 5983 – 1** - Alimentos para Animais – Determinação do teor de azoto e cálculo do teor de proteína bruta. Parte 1: Método de Kjeldahl

- **NP EN ISO 6869** - Alimentos para Animais – Determinação dos teores de cálcio, cobre, ferro, magnésio, manganês, potássio, sódio e zinco – Método por espectrometria de absorção atómica

### **Normas NP EN ISO Elaboradas pela CT 37 e a entregar no IPQ no início de 2009**

#### ***Norma elaborada em 2008***

- **NP EN ISO 16634 – 1** – Produtos Alimentares – Determinação do teor de azoto total, por combustão, segundo o método de Dumas e cálculo do teor de proteína bruta – Parte 1: Sementes de oleaginosas e alimentos para animais.

- **NP EN ISO 5983 – 2** - Alimentos para Animais – Determinação do teor de azoto e cálculo do teor de proteína bruta. Parte 2: Digestão em Bloco/Método de destilação por arrastamento de vapor

### ***Normas reestruturadas para edição, por solicitação do IPQ***

- **NP EN ISO 5983 – 2** - Alimentos para Animais – Determinação do teor de azoto e cálculo do teor de proteína bruta. Parte 2: Digestão em Bloco/Método de destilação por arrastamento de vapor
- **NP EN ISO 6865** - Alimentos para Animais – Determinação do teor de celulose bruta
- **pr NP 3255** – Alimentos para animais – Determinação do teor de ureia. Método espectrométrico.

### ***Normas NP EN ISO em elaboração***

- **NP EN ISO 15914** - Alimentos para Animais – Determinação do amido pelo método enzimático
- **NP EN ISO 6497** – Alimentos para Animais – Amostragem (Colheita de amostra)

### ***Participação em Ensaios interlaboratoriais***

#### **Estudo de métodos:**

Ensaio Interlaboratorial de ocratoxina A em alimentos para animais.

Neste estudo, liderado por Joerg Stroka de um laboratório da Comunidade Europeia, participou um Laboratório Nacional.

A actual composição da CT 37:

**Presidente:** Dr<sup>a</sup> Ilídia Felgueiras

**Secretário:** Dr. Fernando Anjos

**Vogais:** Eng<sup>a</sup> Ana Sá  
Eng<sup>a</sup> Elsa Martins  
Eng<sup>a</sup> Isabel Antão  
Dr. José Manuel Nunes da Costa  
Eng<sup>a</sup> Maria da Graça Campos  
Eng<sup>a</sup> Luísa Calhau  
Eng<sup>a</sup> Maria Clara Sampaio Farelo Cruz  
Prof. Dr<sup>a</sup> Maria Irene Silveira  
Dr<sup>a</sup> Olga Moreira  
Dr<sup>a</sup> Rosa Gomes

## **MOVIMENTO ASSOCIATIVO**

### *Demissão de Associados*

#### **Entente Limited**

Rua Doca Nova - 8700-913 OLHÃO  
(Sócio nº 188)

#### **Discruz - Soc-Agro.Pecuária, LDª**

Apartado 83 - 3440 SANTA COMBA DÃO  
(Sócio nº 185)

#### **Sociedade Luso-Holandesa de Rações, Ldª**

Estrada Nacional nº 1 - Apt. 2  
2584-903 CARREGADO  
(Sócio nº 68)

#### **Terceirense Rações - Soc. Produtora de Rações S.A.**

Zona Ind. do Cabo da Praia  
9760-106 PRAIA DA VITÓRIA (Açores)  
(Sócio nº 184)

## **REVISTA “ALIMENTAÇÃO ANIMAL”**

Durante o ano de 2008 editámos 4 números da Revista “Alimentação Animal” (AA).

Foram produzidos os nºs **63** (Que Futuro para a Pecuária na U.E.?) **64** (Exame de saúde da PAC – Diagnóstico Falhado?); **65** (Desafio da Indústria Face à Globalização) e **66** (Tempos de Crise. Tempos de Mudança!

## **ANUÁRIO IACA**

O Anuário IACA completou em 2008, o seu 18º aniversário, encontrando-se a tiragem de 5 000 exemplares praticamente esgotada, com uma distribuição por todo o país, nomeadamente em congressos, seminários, universidades, exposições e outros eventos.

Esta publicação, altamente prestigiada em Portugal e no estrangeiro, junto da FEFAC e das nossas congéneres, continua a ser objecto de uma grande procura, dado o enorme interesse de que se revestem os elementos estatísticos, legislativos e as informações constantes das suas edições, quer em relação à nossa Indústria quer à Pecuária, dados respeitantes não só ao nosso País como aos demais países comunitários.

## **INFORMAÇÃO SEMANAL**

Manteve-se regular ao longo do ano a edição da Informação Semanal que se destina fundamentalmente às Empresas associadas, Administradores e Quadros.

Durante o ano de 2008 foram editados 49 números.

Esta publicação continua a gozar de muita aceitação por parte dos seus leitores, pela actualidade dos seus dados e outras informações sectoriais, sendo o elo de ligação, por excelência, entre a IACA e os seus associados, os quais a ela têm acesso na área privada do nosso site.

## **NOTAS DA SEMANA**

No início do ano assumimos o compromisso de, sempre que existisse informação relevante ou a necessidade de divulgarmos pontos de vista sobre determinados dossiers, elaborarmos à 6ª feira as Notas da Semana. Trata-se de uma nova forma de comunicar e de “falar” com a Indústria e os nossos associados, analisando os temas da semana e perspectivando a semana seguinte. Aproveitamos para agradecer as palavras de estímulo que nos enviaram ou fizeram questão de nos manifestar.

Este espaço pretende ser de facto cada vez mais de partilha de opiniões, pelo que serão bem-vindos os comentários e posições que entendam transmitir-nos.

Em 2008 foram elaboradas 5 Notas da Semana e as Perspectivas para 2009 que se encontram disponíveis na área reservada do site da IACA.

## **REUNIÕES INSTITUCIONAIS**

### ***Assembleias-Gerais***

Realizaram-se, durante o ano, 3 reuniões (2 ordinárias e 1 extraordinária)

### ***Reunião Geral da Indústria***

Realizou-se em Fátima no dia 9 de Abril.

### ***Conselho Fiscal***

Durante o ano de 2008 realizaram-se 3 reuniões do Conselho Fiscal.

### ***Direcção***

Realizaram-se 8 reuniões da Direcção da IACA.

### ***Comissão Executiva***

Durante o ano de 2008 realizaram-se 10 reuniões.

## **Regionais**

A **Reunião Regional da Industria do Norte e Centro** teve lugar no dia 11 de Março, no Grande Hotel do Luso.

A **Reunião Regional dos Industriais da Região de Lisboa, do Sul, dos Açores e da Madeira** realizou-se em 13 de Novembro no Hotel Vip Santa Iria

### **Secção Pré-Mistura**

A Assembleia Eleitoral da Secção de Pré-Misturas teve lugar no dia 15 de Outubro

Reunião da Direcção da Secção na Mealhada em 05/11/2008

## **REPRESENTAÇÕES DA IACA**

A nossa Associação está representada nas seguintes entidades/organismos:

### **FEFAC**

Presidente da FEFAC	Pedro Corrêa de Barros
Conselho	José Filipe Ribeiro dos Santos Jaime Piçarra (suplente)
Assembleia-Geral	Pedro Corrêa de Barros José Filipe Ribeiro dos Santos
Comités:	
– Nutrição Animal	Manuel Chaveiro Soares Fernando Anjos (Suplente)
– Produção Industrial de Alimentos Compostos	Jaime Piçarra (Vice-Presidente)
– Alimentos de Aleitamento	José Romão Braz
– Premix	Ingrid Van Dorpe José Sereno Pedro Folque Fernando Anjos (Suplente)
– EFMC	Fernando Anjos
– Colégio de Directores	Jaime Piçarra
<b>FIPA</b>	
– Direcção	José Filipe Ribeiro dos Santos
– PAC	Jaime Piçarra (Coordenador)
– Ambiente	Fernando Anjos
– Secretários-Gerais	Jaime Piçarra

## **NORMALIZAÇÃO**

– ONS

Maria Ilídia Felgueiras  
Fernando Anjos (Suplente)

– CT 37 – Alimentos para Animais

Maria Ilídia Felgueiras  
Fernando Anjos

## **COMISSÃO CONSULTIVA CULTURAS ARVENSES (G.P.P.)**

José Filipe Ribeiro dos Santos  
Jaime Piçarra (Suplente)

## **COMISSÕES CONSULTIVAS SECTORIAIS DOS BOVINOS, DOS SUÍNOS E DAS AVES (G.P.P.)**

Jaime Piçarra

## **CONSELHO CONSULTIVO ALIMENTAÇÃO ANIMAL (D.G.V.)**

Fernando Anjos

## **BOLSA DO BOVINO (Assembleia Geral)**

Jaime Piçarra

## **CIB – CENTRO DE INFORMAÇÃO DE BIOTECNOLOGIA**

Jaime Piçarra (Presidente da  
Assembleia Geral)

## CALENDÁRIO DAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES DA IACA EM 2008

<b>JANEIRO</b>	
16	Reunião da Direcção da IACA
31	Assembleia Geral Extraordinária da IACA
<b>FEVEREIRO</b>	
7	Comissão Executiva da IACA Comissão Executiva com Sociedade Ponto Verde
8	Reunião na IACA do Grupo de Trabalho "Microbiologia"
14	Reunião na IACA da CT 37
21	Colégio de Directores Gerais (FEFAC)
26	Reunião com Vetobiótica
28	Reunião GT Microbiologia na IACA
29	Sub Comissão de Agricultura com IACA / FPAS / ANEB na Assembleia da República
<b>MARÇO</b>	
4	Comissão Executiva
5	Capitães da Indústria (FEFAC)
6	Reunião Secretários-Gerais (FIPA) Praesidium (FEFAC)
11	Reunião da Direcção da IACA e Reunião Regional dos Industriais do Norte e Centro (Grande Hotel do Luso)
13	GT Ambiente da FIPA
20	Conselho da FEFAC
26	Comissão Executiva da IACA Assembleia Geral do CIB
27	Reunião na IACA da CT 37 FEFAC (Preparação da Reunião sobre Cereais com a Comissão Europeia)
28	Grupo Consultivo dos Cereais (Comissão Europeia - Bruxelas)
<b>ABRIL</b>	
1	Reunião na CERTIF
9	Reunião da Direcção, Assembleia Geral da IACA e Reunião Geral da Indústria
11 e 12	V Jornadas Internacionais de Suinicultura (UTAD - Vila Real)
15	Comité Nutrição Animal (FEFAC)
16	Comité Pré-Misturas (FEFAC)
16 e 17	XVII Congresso Nacional de Zootecnia (Ponta Delgada)
23	Comissão Executiva da IACA
26	Inauguração dos 25 anos da Ovibeja
30	Reunião na CERTIF
<b>MAIO</b>	
5	Participação no Programa "Prós e Contras" da RTP
13	Audiência com Ministro da Agricultura Reunião CT 37
20	Comité Consultivo dos Cereais e Oleaginosas da Comissão Europeia (Bruxelas)
27	6º Encontro Técnico da Vetobiótica
29	Comité TCO da CIAA

<b>JUNHO</b>	
4	Comissão Executiva da IACA Comité Alimentos Compostos (FEFAC)
5	Comité Alimentos Compostos (FEFAC) Conselho (FEFAC)
6	Assembleia Geral da FEFAC
11	Conferência "Os Desafios da Engenharia Genética" no Goethe Institut (Lisboa)
12	Feira da Agricultura em Santarém (Seminário da ANPOC )
18	Reunião da Direcção da IACA Reunião no GPP (MTD's do BREF) Conferência da ASAE "Caracterização da Cadeia Alimentar - Avaliação dos Riscos Alimentares"
20	Reunião CT 37
24	Comité EFMC (FEFAC)
26	GT Ambiente da FIPA
27	Seminário da IACA "O Balanço da PAC e o Futuro da Fileira Pecuária em Portugal" (Auditório da Faculdade de Medicina Veterinária)
<b>JULHO</b>	
2	Seminário - "Flutuações dos Preços no Mercado dos Cereais" Razões e Consequências" no Auditório da Ordem dos Engenheiros
8	Encontro Vetlima
10	Reunião SP 8 de Suinicultura (Hotel VIP Executive)
16	Comissão Executiva
22	Reunião dos Presidentes da CESFAC da IACA
23	Reunião da Direcção
24	Reunião da CT 37
<b>SETEMBRO</b>	
10	Comissão Executiva
11	Workcare (Higiene e Segurança no Trabalho) com IACA Reunião Secretários-Gerais (FIPA)
16	Colégio de Directores Gerais (FEFAC - Bruxelas)
17	Biocombustíveis e PAC (CIAA)
19	Colégio de Directores Gerais FEFAC - Bruxelas)
22	Workshop "Mercado do Sorgo e a sua Utilização na Alimentação Animal" (Fátima) Reunião da Direcção (Fátima)
26	Grupo Consultivo dos Cereais e Oleaginosas da Comissão Europeia, em Bruxelas

<b>OUTUBRO</b>	
1	Comité Pré-Misturas da FEFAC
2	Comité Nutrição Animal da FEFAC
3	Comité TCO da CIAA
7	Praesidium da FEFAC
9	Simpósio sobre o "Medicamento Veterinário" no Hotel Metropolitan
14	GT Ambiente da FIPA
15	Comissão Executiva
	Reunião do Conselho Fiscal
	Assembleia Eleitoral (Secção Pré-Misturas)
	Plenário da Secção dos Fabricantes de Pré-Misturas
23	Conselho da FEFAC
27	Visita do GT Qualiaca à AGAFAC - Associação Galega de Fabricantes de alimentos Compostos na Corunha
30	Jornadas de Alimentação da FIPA
	Comité EFMC (FEFAC)
<b>NOVEMBRO</b>	
5	Intervenção da IACA num Workshop sobre OGM em Ljubljana (Eslovénia)
7	Conferência da ONIGC
12	Grupo Consultivo dos Cereais e Oleaginosas da Comissão Europeia, em Bruxelas
13	Reuniões da Direcção e Regional de Lisboa, Sul e Ilhas (Hotel VIP St <sup>a</sup> Iria)
20	Reunião Secretários-Gerais (FIPA)
25	Seminário FIPA sobre Competitividade
<b>DEZEMBRO</b>	
10	Comissão Executiva
11	Comité TCO da CIAA
12	Reunião CT 37 (10,30 h)
	Reunião da Direcção
15	Assembleia Geral Ordinária (Eleição dos Órgãos Sociais da IACA)
16	Reunião IACA e ACICO na Direcção Geral das Alfândegas

## CONSELHO FISCAL

### *Parecer*

Reunido hoje, em sessão ordinária, na sua sede social, O Conselho Fiscal da Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais – IACA apreciou e discutiu o RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2008 tendo deliberado emitir o seguinte parecer:

- 1- Que sejam aprovados o Relatório, o Balanço e Contas referentes ao ano de 2008.
- 2- Que o Resultado Líquido do Exercício, positivo em 89.417,07 Euros, seja transferido, de acordo com a proposta da Direcção, para Resultados Transitados, Fundo Social e Reservas Livres.
- 3- O Conselho Fiscal entende dever realçar o esforço realizado pela Direcção no cumprimento do Orçamento de 2008 com a contenção de despesas, de modo a assegurar o equilíbrio económico-financeiro da Associação no futuro próximo.
- 4- Que a Assembleia-Geral aprove um voto de louvor e reconhecimento à Direcção, à Comissão Executiva, ao Secretário-Geral aos Assessores e a todos os Colaboradores, pela dedicação e eficiência postas ao serviço da nossa Associação e da Indústria que representa.

Lisboa, 18 de Março de 2009

### O CONSELHO FISCAL

Alfredo Manuel Ribeiro da Silva Santos	- Presidente
Joaquim Manuel Barreiro da Silva	- Vogal
Jorge José Rodrigues Fernandes	- Vogal

## ASSEMBLEIA GERAL DA IACA DE 15 DE ABRIL DE 2009

- a) O Relatório da Direcção, o Balanço e as Contas do ano de 2008 e o Parecer do Conselho Fiscal foram aprovados por unanimidade.
- b) Igualmente foi aprovada, por unanimidade, a seguinte proposta:

“A Direcção propõe aos Senhores Associados que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 89.417,07 Euros, seja distribuído da seguinte forma:

Resultados transitados	21.025,17 euros
Fundo Social	20.517,57 euros
Reservas Livres	47.874,33 euros”